

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003
(do Sr. João Castelo)

***Reserva vagas nas universidades
públicas a professores da rede pública de ensino,
criando o Programa de Avaliação Exclusiva - PAE.***

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São as universidades públicas brasileiras obrigadas a destinar, anualmente, pelo menos 15% (quinze por cento) das vagas dos cursos de licenciatura, para professores da rede pública de ensino;

Parágrafo único. O direito a vaga pressupõe a classificação do candidato em um processo seletivo que leve em conta a avaliação da Universidade e desempenho do professor no exercício da profissão, desempenho este aferido pelos alunos, pela escola e pela entidade de classe.

Art. 2º O poder público regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A melhoria da qualidade do ensino público é condição "sine qua non" para o avanço de qualquer sociedade e o alcance dessa meta passa inexoravelmente pela qualificação do professor. Apesar do esforço que vem sendo desenvolvido pelas autoridades brasileiras no sentido de melhor

aperfeiçoar o docente, na prática esse esforço não tem universalizado seus resultados, haja vista que o índice de aprovação de professores, nos cursos de licenciatura das universidades públicas, ainda é muito baixo, principalmente porque o professor tem todo o seu tempo ativo absorvido pela sua atividade laborial, nem sempre alcançando os níveis de competição exigidos nos concursos de acesso às universidades.

Não fora só isso, há de registrar que o concurso de acesso a universidade, através do vestibular, beneficia, aquele que detem um maior grau de conhecimento, por conseguinte o que menos necessita do curso de aperfeiçoamento. Em suma o que se deseja com a presente lei é reservar as vagas e, para o preenchimento das mesmas, instituir um critério de avaliação e classificação que considere uma avaliação feita pela escola e pelos alunos a partir de critérios estabelecidos pela entidade de classe além dos critérios definidos pela Universidade.

Essa oferta obrigatória de vagas, além de factibilizar o acesso de educadores às universidades, terá uma importância capital no processo de universalização do aprendizado, considerando o efeito-multiplicador gerado pelo docente no exercício do magistério, onde o conhecimento individual adquirido é pulverizado para todos os alunos por ele assistidos.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado **João Castelo**

